

Comissão aprova relatório de Bernardo Cabral

BRASÍLIA — Com 76 votos contra 15 a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte aprovou ontem, sem emendas, o projeto do Relator Bernardo Cabral. Sem qualquer alteração no texto original, o Relator abriu mão do prazo de três dias que teria para entregar a redação definitiva do seu relatório, e já amanhã a proposta para a nova Constituição será encaminhada a todos os constituintes para o início das discussões em Plenário.

A votação na Comissão de Sistematização começou tarde porque os constituintes passaram parte da manhã e quase toda a tarde debatendo a denúncia da Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) — apoiada pelo Líder do PTB, Deputado Gastone Righi —, segundo a qual o Relator Bernardo Cabral incluiu em seu projeto propostas derrubadas na primeira fase da Constituinte, além de ter acatado mudanças que afetavam o mérito e o conteúdo do relatório.

A Deputada sustentou as acusações feitas na sexta-feira passada, mas afirmou que não houve intenção de dolo. Numa nota de esclarecimento, Sandra Cavalcanti nega a autoria das declarações publicadas pela imprensa. Ela disse — após a reunião com os líderes partidários — que "valeu a pressão, porque as coisas foram consentadas".

A sessão que aprovou o relatório da Comissão de Sistematização du-



O Deputado Gastone Righi, que apóia Sandra Cavalcanti na denúncia, conversa com o Senador Afonso Arinos

rou três horas e, na prática, concretizou o acordo proposto pelas lideranças partidárias de votar o projeto sem qualquer alteração, para que ele fosse discutido, quanto à forma e ao mérito, pelo Plenário, na fase que se inicia já no início desta semana.

A partir de amanhã os constituintes terão prazo de 40 dias para discutir o projeto constitucional, dos quais os 30 primeiros para apresentação de emendas de qualquer teor — de adequação, de compatibilização e de mérito, inclusive as emendas

populares. Após esse prazo, o projeto volta para a Comissão de Sistematização para elaboração e votação de um novo texto que será, enfim, encaminhado para votação no Plenário.

Iniciada às 16h30m, a sessão se prolongou até as 19h30m, conduzida quase toda pelo Senador Afonso Arinos. A princípio, foram apresentados mais de cem pedidos de destaque, retirados depois de os líderes voltarem a insistir em acordo.

O único que insistiu em pedir destaque foi o líder do PTB, Deputado

Gastone Righi. Ele pediu votação em separado para duas emendas — que não foram apreciadas porque Afonso Arinos as considerou como de mérito — e foi derrotado por 78 votos a seis no pedido de destaque para a emenda que deixa os recursos recolhidos pelo ISS com as prefeituras e não com os Estados, conforme o projeto de Bernardo Cabral. Quase às 20h, a Comissão aprovou projeto de decisão do Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) — que irá a Plenário — proibindo a conversão da dívida externa em capital de risco.

Documento repele as acusações e manifesta apoio integral a Cabral

BRASÍLIA — Pressionada por líderes de todos os partidos, reunidos ontem pela manhã para tentar um acordo na Comissão de Sistematização, a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) aceitou assinar uma nota onde nega as declarações feitas anteontem sobre a ocorrência de fraudes na elaboração do anteprojeto do Relator Bernardo Cabral. Como contém uma declaração de apoio ao Relator da Comissão de Sistematização, a nota é assinada por todos os parlamentares presentes à reunião.

A nota de esclarecimento é a seguinte:

"Considerando que as notícias de alguns jornais e televisões, a respeito da atuação do Deputado Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização, bem como de sua assessoria, distorcem totalmente os fatos e ferem gravemente a imagem da Constituinte diante da opinião pública, representando, além disso, grave injustiça ao Relator e seus assessores, os constituintes abaixo-assinados representantes de seus partidos na referida Comissão resolvem:

1 — Em face das amplas explicações oferecidas pela Deputada Sandra Cavalcanti, negando a autoria das declarações estampadas na imprensa, prestar integral solidarieda-

de ao Relator e sua assessoria e repelir, como inverídicas e aleivosas as referências feitas ao seu trabalho na forma divulgada.

2 — Tendo em vista que as notícias foram amplamente divulgadas e o esclarecimento do episódio deu-se no âmbito de uma reunião interna da Constituinte, solicitar ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, a requisição de horário para leitura desta nota e demais informações destinadas a elucidar plenamente a opinião pública".

A Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) rebateu ontem as acusações de fraude na Constituinte feitas pela deputada Sandra Cavalcanti, que a citou nominalmente por que teria tido 14 de suas emendas incluídas durante o trabalho da equipe técnica do Relator Bernardo Cabral no Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen). Cristina apresentou 29 emendas e não teve nenhuma aprovada, pois foram consideradas de mérito.

— Não reconheço autoridade em Sandra Cavalcanti para fazer acusações, principalmente sabendo do seu passado — afirmou Cristina, acrescentando que "a fraude que existe na Constituinte vem do Governo, que compra deputados com cargos.

Antes da votação, pressão de Righi coloca em risco a aprovação do projeto

BRASÍLIA — A pressão do Líder do PTB, Deputado Gastone Righi, colocou em risco a aprovação do projeto do Deputado Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, ao inviabilizar o acordo que vinha sendo negociado desde a última quinta-feira, para a aprovação, em pedidos de destaque, do projeto de Cabral. Depois de três horas de reunião, os líderes de todos os partidos só chegaram a um acordo informal de que os pedidos de destaque se limitariam ao essencial, de forma a apressar a votação do projeto, que deve ser concluída até a próxima terça-feira.

A "elasticidade do conceito de mérito", como definiu o Líder do PMDB, Senador Mário Covas, e o próprio mecanismo determinado pelo Regimento Interno da Constituinte — que só permite que o projeto do Relator seja alterado nesta fase por emendas de adequação e compatibilização para voltar à Comissão de Sistematização, em agosto, onde poderá sofrer todo tipo de modificação — levaram os líderes partidários a considerar que a aprovação do projeto, nesta fase, seria uma "economia processual e levaria racionalidade aos trabalhos".

Já com o texto pronto para ser assinado, o acordo começou a ser bombardeado na sexta-feira passada, quando, além de Gastone Righi, os líderes do PDS, Amaral Netto, e do PDC, Mauro Borges, se manifestaram contrários à decisão, com argumento de que não poderiam "retirar dos seus liderados um direito assegurado pelo próprio Regimento Interno da Constituinte, de apresentar pedidos de destaque".

O projeto final de Bernardo Cabral só foi entregue aos constituintes na manhã de ontem, menos de sete horas antes do início da votação. Pelo acordo inicial,

este projeto seria aprovado ainda ontem, na forma em que foi apresentado, e já amanhã estaria à disposição do Plenário da Constituinte, para o início da fase de discussões e apresentação de emendas de mérito.

Gastone Righi justificou a sua insistência em não aceitar a negociação com o fato de que ele e outros parlamentares pretendiam, já nesta fase, propor alterações que ele chamou de "adequação de mérito", ou seja, propostas incompatíveis, mas que constaram dos relatórios das Subcomissões e Comissões Temáticas e que foram indeferidas, por critérios próprios, pelo Relator Bernardo Cabral.

— Se eu posso aprovar uma emenda agora com 47 votos, eu vou levá-la ao Plenário, onde eu vou precisar de 280 adesões para alterar o projeto da Comissão de Sistematização? — ponderou o líder do PTB.

Mesmo sem ter lido o relatório — ele acabava de ser distribuído aos parlamentares —, Righi já tinha, na manhã de ontem, dois destaques para apresentar na reunião que começaria no final da tarde: contestar a eliminação da cobrança do ISS para Prefeituras e a intervenção e desapropriação em estabelecimentos de saúde pelo Estado.

O argumento de Righi, porém, não é aceito pelo Líder do PDT, Brandão Monteiro, que lembrou que o projeto ainda passará por outra votação na Comissão de Sistematização — e portanto será submetido ao mesmo número de votos — antes de chegar ao Plenário, quando só poderá ser alterado pela maioria absoluta dos votos de todos os constituintes.

— Eu só entendo esta posição do Gastone como uma vaidade pessoal. Mas isso também não vai fazer a menor diferença, a não ser o desgaste de mais de dois dias de discussões — disse Brandão.